



# RELIGIÃO: PODER DO SAGRADO NA EXISTÊNCIA HUMANA

RELIGION: THE POWER OF THE SACRED IN THE HUMAN EXISTENCE

Maria Auxiliadora da Silva<sup>1</sup>

---

**RESUMO:** O presente texto faz parte do conteúdo do terceiro capítulo da minha tese de doutorado em Psicologia Social na PUC São Paulo, concluída em 2009 com o título “Religião, Sexualidade e Poder – A liderança religiosa e política dos Evangélicos pentecostais”. Pretendo discutir a questão da religião levando em conta o poder do sagrado. A religião sempre foi uma força expressiva na vida das pessoas ao longo da história da humanidade. Ainda que muitos teóricos tenham profetizado que ela um dia seria exterminada, pode-se verificar que ela continua cada vez mais presente na maioria das sociedades, se não for em todas. Como um produto da cultura ela determina comportamentos individuais e coletivos, interferindo na organização das civilizações. Sendo assim, a religião se apresenta como um poder permeando a existência humana.

**PALAVRAS-CHAVE:** Religião; Poder; Sagrado.

**ABSTRACT:** This text is part of the contents of the third chapter of my doctoral dissertation in Psychology Social at PUC São Paulo, which was completed in 2009 with the title "Religion, Sexuality and Power – religious and political leadership of Evangelical Pentecostal". I want to discuss the question of religion, taking into account the power of the sacred. Religion has always been an expressive force in the lives of people throughout history of mankind. Even though many theorists have prophesied that one day she would be exterminated, can verify that it continues to be increasingly present in most societies, if not in all. As a product of culture, she determines individual and collective behaviors, interfering in organization of civilizations. Thus the religion presents itself as a power permeating the human existence.

**KEYWORDS:** Religion; Power; Sacred.

---

## 1 INTRODUÇÃO

A religião sempre fez e continua a fazer parte da existência humana. Vivemos em um mundo altamente religioso no qual grande parte dos indivíduos está inserida em determinados grupos que se identificam e se autodenominam como grupos religiosos. Regras, crenças, interpretações, preceitos e preconceitos interferem na vida das pessoas que revelam no seu cotidiano comportamentos sob a influência da religião. É nesta vertente que tecemos algumas reflexões tendo como contribuições principais as discussões teóricas de Sigmund Freud (1856-1939) e a de Friedrich Nietzsche (1844-1900) a respeito da religião. Esta se apresenta como um poder, o que sempre foi almejado pelos humanos e, dessa forma, parece responder, dentre outros, aos seus anseios pela transcendência à finitude, incompletude e falta – à própria humanidade.

---

<sup>1</sup> Psicóloga. Doutora e Mestre em Psicologia Social. Especialista em Psicologia Clínica e em Psicologia Educacional. Bacharel em Teologia. Professora na PUC Minas. aux\_silva@yahoo.com.br

## A crítica da religião em Nietzsche

Nietzsche proclamou que “Deus está morto”. Conclui, dentre outras coisas, que o Cristianismo só gerou conformismo e mediocridade, pois tira o foco da vida e a coloca no além. Na sua obra “Além do Bem e do Mal” (2006), publicada em 1886, abordando a vontade do poder, expressa que:

Até hoje, mesmo os homens mais poderosos têm se inclinado diante de um santo em sinal de veneração, um verdadeiro enigma de sujeição a si mesmo e de extrema e intencional privação. Por que se inclinam? Pressentem no santo, ou melhor, atrás do ponto de interrogação do seu aspecto frágil e miserável, a força superior que querem firmar em seu domínio. É a força da vitória, a força da própria vontade de dominar. Ao honrar o santo, honram a si mesmos. (NIETZSCHE, 1886/2006, p. 51).

A veneração, na análise de Nietzsche, é mobilizada, dentre outros aspectos, por algo que o objeto de adoração traz em si e que leva o sujeito a devotar-lhe também um temor. Esse algo é o desejo de dominação. A religião serve, assim, de preparação para alguns indivíduos dominarem sobre outros. Para a grande maioria, entretanto, a religião proporciona conforto e lhes induz à obediência dando-lhes a sensação de satisfação, paz e conformismo. O sofrimento torna-se suportável, justificável e até santificado. Nesta concepção, contudo, qualquer religião sempre será uma religião dos sofredores e dos fracos sendo a principal causa da manutenção dos indivíduos em um grau mais baixo, ainda que pareça o contrário. Ao acolher o excluído pela sociedade; confortar, encorajar e apoiar os oprimidos, desesperados e insatisfeitos a religião lhes dá a ilusão de que a existência humana ganha um embelezamento em meio à sua miséria e adversidades. Nesse sentido, a religião faz vacilar todas as certezas do indivíduo a respeito dos valores apregoados no seu contexto e incorporados por ele, operando-se uma substituição desses por novos – agora, espirituais. Para Nietzsche, “O cristianismo foi a mais nefasta das presunções” (NIETZSCHE, 1886/2006, p. 61).

Em “O Anticristo” (2004), ensaio redigido entre 03 e 30 de setembro de 1888 e publicado em 1895, Nietzsche se coloca mais do que nunca como o inimigo do Cristianismo. Este é considerado como a própria expressão de fraqueza que, por sua vez, produz seres fracos ao invés de seres viris, fortes, que possuem uma vontade de poder. Nesta visão, o Cristianismo, simbolizando piedade, é fraco, pois aponta para o sofrimento e este representa fraqueza humana e perda de energia – um quadro depressivo. O conceito do Deus dos cristãos é o de um Deus dos fracos, dos doentes, dos oprimidos e desgraçados. “No cristianismo, nem a moral nem a religião se acham em contato com um ponto sequer de realidade” (NIETZSCHE,

1895/2004, p. 26). Na visão do autor o Cristianismo é o imaginário que se distingue dos sonhos nos quais podem ser vislumbrados reflexos da realidade. O Cristianismo falseia, despreza e nega a realidade, o que o constitui como um mundo de ficção cujo sentimento de pena sobrepõe-se ao prazer. Eis a fórmula da decadência. Assim, para Nietzsche, o ser humano é o mais deficiente dos animais, o mais doente, o que mais se desviou de seus instintos, mas também o mais interessante. Este ser tanto tem necessidade do Deus mau quanto do Deus bom, de acordo com os seus interesses e situações pelas quais está passando. O bom Deus, assim como o Demônio, é criação deste estado de decadência.

A concepção da religião, particularmente o Cristianismo, por Nietzsche, realmente, é extremamente negativa, mas na sua crítica e desprezo ele não trouxe à discussão que na mensagem dos Evangelhos, e nas Cartas no Novo Testamento, são tratados problemas de ordem prática para a vida diária das pessoas. A ética e a moral se fazem presentes apontando para um viver mais saudável entre os seres humanos. Ainda que a ênfase da mensagem do Cristianismo vislumbre a salvação da pessoa pela fé em Cristo e as questões espirituais se destacam mais do que as terrenas, não se pode negar que ambas estão ligadas. A mensagem de esperança e amor ao próximo aponta para alguém que tendo uma fé em Cristo se sente forte diante das adversidades deste mundo e mais ainda comprometido com as questões sociais do seu tempo. A Carta de Tiago é extremamente prática quando ele diz que a religião sem mácula é visitar os órfãos e as viúvas, dentre outras obrigações sociais de um verdadeiro cristão. O próprio Jesus Cristo condenou os fariseus (elite da religião judaica da época) chamando-os de hipócritas por seguirem a lei em detrimento do amor em forma de ação ao próximo, mas para Nietzsche isto tudo simbolizava fraqueza. O Cristianismo era, então, na melhor das hipóteses, uma religião na qual a alegria, prazer, liberdade, vontade e vitalidade se faziam ausentes. O resultado era a produção de seres fracos e alienados da realidade que os cercavam, aspirando por um Salvador que os levasse para um *“novo céu e uma nova terra onde habita justiça”*.

Continuando sua análise negativa sobre o Cristianismo, Nietzsche coloca que este tinha necessidades de valores bárbaros para se fazer senhor dos bárbaros, como de torturas do espírito e da alma, de sacrifícios, etc. Estas práticas, no entanto, sabemos que se referem a determinados segmentos e interpretações do Cristianismo e não à sua mensagem real. Como Freud e outros, o autor só conseguia ver através do que lhe era apresentado no seu contexto sócio-cultural. O que percebia era uma religião que subjugava o outro para torná-lo fraco e, assim, poder dominar sobre toda uma civilização. Como qualquer outra pessoa faz uma leitura de um fenômeno tendo a influência da sua história de vida, experiências particulares e do grupo social no qual estava inserido. Intitula-se *“O Anticristo”*. O Anticristo, nos textos bíblicos,

é a figura apocalíptica que faz oposição desvelada contra Jesus Cristo e sua Igreja. É o perseguidor que destila ódio contra Aquele que se dizia “*o alfa e o ômega*” – o princípio e o fim de todas as coisas e, mais do que isto, “*Rei dos Reis e Senhor dos Senhores*”. O desprezo de Nietzsche também alcança o Judaísmo, raiz do Cristianismo. Sua crítica ao sistema religioso dos judeus antigos vai desde a submissão do povo à vontade de Javé passando pelos sacrifícios oferecidos a este até ao papel dos Sacerdotes. Estes antigos, assim como os do seu tempo, são vistos pelo autor como parasitas, enganadores e caluniadores a serviço da mentira, ainda que passem por representantes da verdade. A desobediência a Deus chamava-se pecado, o que se tornou indispensável para que o poder sacerdotal se mantivesse, assim como a submissão do povo a ele. Nesta perspectiva, os pecados eram, então, instrumentos de poder que mantinham o povo em uma posição de escravos. Escravos do pecado (como o Apóstolo Paulo se referia); escravos da lei; escravos dos sacerdotes e de Javé. O que era terrível para Nietzsche é que o povo obedecia a Deus sob a pressão da lei tendo os sacerdotes por seus intermediários e porta-vozes. Dessa forma, parece ser excluída a vontade, a escolha, a decisão do povo, que se anulava e se alienava de si mesmo – Javé sabia o que era bom para ele. Se obedecesse seria abençoado, mas a desobediência traria o castigo.

Com a certeza de ser “*a raça eleita*” e “*povo de propriedade exclusiva de Deus*”, os judeus do Antigo Testamento submetiam-se a um Deus que exigia total obediência aos seus mandamentos e preceitos. No entanto, a história revela que “*uma escolha*” sempre existiu na questão da obediência ou, como já disse Foucault (2004), não há poder sem certa resistência. Muitos judeus, como qualquer outro povo, burlavam a Lei desde os “*pequenos deslizes*”, como em relação às ofertas e à devolução do dízimo de suas colheitas; homicídio; incestos; estupro; roubos e outros crimes. Também, como em qualquer sociedade, havia regras e penalidades diante do não cumprimento das mesmas, caso contrário seria o caos. Em determinada época, após o povo hebreu ter saído do Egito, mas ainda não ter se constituído como uma nação, foi preciso eleger líderes políticos para que fosse possível se viver em sociedade (época dos Juízes, anterior à monarquia em Israel). A religião dos hebreus era, ao mesmo tempo, o seu código civil e, realmente, estava longe de ser uma democracia. O sistema era teocrático evoluindo, posteriormente, para uma monarquia. De qualquer forma, em todos os períodos da história do povo de Israel, relatados na Bíblia, o povo ora obedecia, ora desobedecia ao seu Deus, cumprindo e descumprindo as cláusulas do contrato que juntos “*assinaram*”. Freud (1930) vislumbrava que as pessoas deveriam ter comportamentos que as permitissem viver em sociedade por ter, elas próprias, internalizado isto em si mesmas e não porque a religião assim o ensina. Seria isto possível, tendo em vista que o ser humano porta grande quota de

agressividade que é a expressão da pulsão de morte, responsável pela destruição de si mesmo, do seu semelhante e do mundo em que habita (como o próprio Freud teorizou)?

Analisando a pessoa de Jesus Cristo, Nietzsche o vê como um anarquista, “um criminoso político numa comunidade absurdamente apolítica” (NIETZSCHE, 1895/2004, p. 44) e que morreu pelos seus próprios pecados e não pelos da humanidade. Rejeita a idéia de alguns que o consideram um gênio e um herói. Os evangelhos traçam a figura de Cristo como a de um Salvador, do Messias prometido. Para Nietzsche, o vocábulo “cristão” é um equívoco, pois o único que pode ser chamado cristão é o próprio Cristo. Com ele o evangelho morreu na cruz. O que se passou a se chamar “evangelho” (boa nova) é contrário ao que Cristo viveu e, portanto, falso. Na sua leitura do Novo Testamento, Nietzsche diz que procurou em vão por algo positivo chegando à conclusão de que esta obra é a pior existente até os seus dias. No mesmo teor, para ele, é a sua concepção dos cristãos – a pior espécie de pessoas.

Retrocedendo à história bíblica sobre a origem do homem, o autor, na mesma obra citada, lembra que a este foi proibido comer da árvore do conhecimento – a ciência era coisa proibida, o germe do pecado original. Deus havia criado um rival e para que este não se tornasse como ele foi expulso do paraíso. Para Nietzsche esta foi a defesa de Deus contra a ciência. Saindo do paraíso o homem depara-se com toda sorte de misérias, como a fome, doenças, velhice, morte, guerras, perigos. Estas nada mais são do que obstáculos para que o ser humano pense. Neste sentido, Deus fez tudo para que ele não se tornasse científico e, dessa forma, ao longo dos anos, a religião e seus líderes têm considerado a ciência um grande perigo. As idéias de pecado, de culpa e de castigo, dentre outras, apontando para a necessidade de perdão, arrependimento e de um salvador, foram criadas para que o indivíduo não olhe para si e não veja por si mesmo. Para que ele se afaste da razão e se agarre à fé. “A fé é ‘querer’ ignorar aquilo que é verdade” (NIETZSCHE, 1895/2004, p. 78). A ênfase do Cristianismo é colocada no sofrimento e na fraqueza humana, assim como na humildade e desapego às coisas deste mundo. Por outro lado, o Cristianismo se opõe à beleza, à saúde, à própria vida. Nesta leitura Nietzsche condena o Cristianismo acusando-o de ser a maior corrupção que se podia imaginar; a única grande calamidade; a única grande perversão interna; a única e imortal desonra – a maior desgraça da humanidade. A sentença para este crime hediondo (Cristianismo) é o seu extermínio, devendo a humanidade passar a contar os seus dias a partir daí.

## A elaboração da religião em Freud

Freud, judeu e ateu, foi, no entanto, mais brando do que Nietzsche na sua crítica à religião. Deu grande importância à questão religiosa, dedicando a ela parte da sua obra. A sua análise tem a influência da atmosfera religiosa em que foi criado e vivia: o Judaísmo de seu pai e o Cristianismo que imperava no mundo ocidental, assim como o positivismo dominante no pensamento científico da época.

Em “Atos obsessivos e práticas religiosas” (1907), Freud faz uma comparação entre a neurose obsessiva e a religião. Para ele, a religião é uma neurose porque suas práticas têm, em alguns casos, características semelhantes a atos obsessivos como, por exemplo, rituais, sentimento de culpa e rigor moral excessivo. Dentre outras coisas, tanto a origem da religião quanto a origem da neurose estão ligadas ao complexo de Édipo – para Freud uma experiência universal da criança na sua relação com o par parental.

A origem da religião é discutida por Freud em “Totem e Tabu” (1913) quando ele trata, especificamente, da questão do totemismo. Em época primitiva as tribos eram divididas em diversos clãs tendo cada um deles o seu próprio totem. O texto se refere ao mito científico do pai da horda primeva que, como chefe tribal, tinha poder absoluto sobre todos. Os filhos, tomados de inveja, matam o pai esperando com tal ato terem acesso às mulheres, até então de exclusividade dele. No entanto, logo após o crime são invadidos por um sentimento de culpa decorrente de uma ambivalência afetiva na qual amor e ódio entram em conflito. Tomados de remorso renunciam à posse das mulheres de sua tribo (origem da exogamia e da proibição do incesto). Conscientizando-se de que ninguém poderia ocupar o lugar do pai, caso contrário o crime poderia se repetir de forma interminável, os filhos, em um pacto, erguem um totem como objeto sagrado e de adoração simbolizando o pai morto - estava instituída a religião. Assim, a crença na existência de Deus deve-se a sua não existência: o pai morto que foi substituído e feito objeto de adoração. O pai é revivificado, inicialmente sob a figura de um animal totêmico do clã e posteriormente como Deus - o pai adorado que ressurge mais poderoso do que nunca. A religião, então, surge do sentimento de culpa decorrente de uma ambivalência afetiva, também revivida.

A imagem de pai ideal, na leitura e teorização de Freud, é preservada na fase adulta, contribuindo para formar a idéia de Deus. No entanto, a relação do indivíduo com o pai sempre foi uma relação permeada pela ambivalência de sentimentos de amor e ódio vivenciados na experiência do complexo de Édipo. Esta ambivalência continua na relação do indivíduo com Deus durante toda a sua vida. A estratégia para o indivíduo lidar com este conflito de

sentimento, havendo criado para si a figura de Deus, foi criar também a figura do Demônio. Deus representa o pai bondoso, amoroso e protetor ao qual o indivíduo direciona seu amor, sua adoração e submissão, sentindo-se sempre em débito e culpado em relação aquele. O Demônio, por sua vez, representa o pai odiado, invejado e temido a quem o indivíduo direciona sua raiva, sua agressividade, sua rejeição e seu horror. Esta questão é tratada, especificamente, por Freud em “Uma neurose demoníaca do século XVII” (1922). O artigo propõe que os chamados estados de possessão correspondem às nossas neuroses. Para Freud, os demônios são desejos maus derivados de impulsos que foram repudiados e reprimidos. O que nós fazemos é projetar da nossa mente “estes seres” para o mundo externo. O texto relata, a partir de um manuscrito em posse de Freud, do caso de um pintor do século XVII que havia feito um pacto com o Demônio. Na análise de Freud tal pacto nada mais era do que uma fantasia produzida pelo pintor e a figura do Demônio aparece na mesma como um substituto do pai. Analisando o caso como uma neurose, Deus se apresenta como o substituto paterno agora mais poderoso, mais exaltado – o pai percebido pela criança, o pai da horda primeva.

Para começar, sabemos que Deus é um substituto paterno, ou mais corretamente, que ele é um pai exalçado, ou, ainda, que constitui a cópia de um pai tal como este é visto e experimentado na infância – pelos indivíduos na sua própria infância, e pela humanidade em sua pré-história, como pai da horda primitiva e primeva. (FREUD, 1922/1976, p. 109).

Nas considerações de Freud (1922), Deus e o Demônio, nas suas origens, eram uma figura única. Posteriormente passaram a ser vistos como duas figuras opostas, o que se configura no reflexo da ambivalência vivida na relação do indivíduo com seu pai na fase infantil. O Demônio é, assim, a duplicata do pai, o seu substituto.

Se o Deus benevolente e justo é um substituto do pai, não é de admirar que também sua atitude hostil para com o pai, que é uma atitude de odiá-lo, temê-lo e fazer queixas contra ele, ganhe expressão na criação de Satã. Assim, o pai, segundo parece, é o protótipo individual tanto de Deus quanto do Demônio. (FREUD, 1922/1976, p. 111).

Na sua “Psicologia de grupo e análise do ego” (1921) Freud analisa que cada indivíduo é uma parte de numerosos grupos, tais como as de sua raça, classe social, religião, nacionalidade, dentre outros. Discute o quanto um indivíduo apresenta comportamento diferente quando está em grupo se comparado à sua situação individual. No grupo, ele sente-se seguro tendo em vista que os membros são unidos por laços libidinais. Sendo assim, as relações amorosas ou laços emocionais constituem a essência da mente grupal, o que implica que o poder

que mantém o grupo unido é a libido - energia sexual inerente a todo ser humano do nascimento à sua morte.

A sociedade humana está composta por vários grupos, alguns naturais e outros artificiais. Estes últimos são grupos que requerem uma força externa para existirem. Freud (1921) analisa a Igreja e o Exército como grupos artificiais. Em ambos os grupos analisados há a presença de um líder. Na Igreja é Cristo e no exército é o Comandante. Ambos amam a todos de igual modo e são amados por todos. É a ilusão na pessoa do líder, analisa Freud, que faz com que o grupo permaneça unido, caso contrário ele se dissolveria. No caso da Igreja os impulsos hostis e antissociais do grupo são contidos por amor a Cristo e na falta deste tais impulsos viriam à tona com enorme energia. No caso do exército, se houver o desaparecimento do Comandante o grupo entra em pânico, pois agora já não há laços mútuos para unir seus membros. Freud (1921) discorre que nos relacionamentos humanos coexistem sentimentos ambivalentes de amor e hostilidade, resultando em conflitos. Tanto a identificação (que se apresenta, desde o início, marcada pela ambivalência) quanto a sugestão estão presentes no grupo. Neste, todos os membros identificam-se uns com os outros e cada um com o líder por quem todos querem ser dirigidos. O líder, na teorização de Freud, é comparado ao temido pai primivo e o grupo como aquele que deseja ser governado pela força irrestrita, possuindo uma paixão extrema pela autoridade.

Em “O futuro de uma ilusão” (1927), Freud faz uma dura crítica à religião, não apenas comparando, mas a identificando como uma ilusão e uma neurose. Questiona o valor das idéias religiosas acreditando que em um futuro próximo boa parte das pessoas as trataria como uma ilusão, da mesma forma que as pessoas tratam os contos de fadas. Nesta perspectiva a religião é considerada por Freud como uma ilusão que tem sua origem no desamparo humano. A religião foi surgindo como um modo de realização de desejos que se refere a uma realidade subjetiva em detrimento de um mundo real objetivo. Dessa forma, a ilusão pode ser comparada ao sonho já que, como este, busca o prazer, a satisfação – a realização do desejo - não levando em consideração a realidade com seus limites e barreiras a este objetivo.

Situando-se como uma falsa interpretação da realidade a religião, na interpretação freudiana, também pode ser comparada a um delírio. O indivíduo, na tentativa de evitar todo e qualquer desprazer, muitas vezes considerando a realidade como a única fonte dos mesmos, vai se distanciando dela e em seu lugar tenta criar uma nova realidade, como em um delírio. O resultado é uma percepção distorcida do mundo, pelo indivíduo, da qual ele ora elimina alguns elementos da realidade, ora os substitui por outros. O objetivo é sempre negar as duras e frustrantes condições da realidade e, por outro lado, atender aos desejos particulares. No en-

tanto, este objetivo é fracassado, mas o desenvolvimento de uma neurose individual é evitado em detrimento de uma neurose coletiva.

Algumas crenças religiosas, reveladas no discurso e prática de muitos grupos religiosos, vêm carregadas de uma certeza inabalável. Estas crenças se apresentam como a construção de uma nova realidade, que é pessoal, ligada às particularidades do grupo e sustentadas na interpretação de textos bíblicos. Estes, por sua vez, apontam, dentre outras coisas, para um futuro além desta vida no qual impera a justiça. Em uma sociedade como a nossa, na qual a violência, desigualdade e injustiça social são elementos constantes e gritantes, a religião, para muitos, expressa o desejo, o sonho, a ilusão e, às vezes, o delírio de outro mundo bem diferente do existente.

Ironicamente, Freud (1927) considera que seria muito bonito se existisse um Deus que criou todas as coisas; que houvesse uma ordem moral no mundo e uma vida no além. No entanto, tudo isso corresponde apenas aquilo que desejamos que exista. Portanto, Deus é fruto do desejo humano por um pai que ama, recompensa, consola, protege, institui a ordem no mundo e possibilita ao indivíduo lidar com as dificuldades do existir humano. Assim, ele criou os deuses ou Deus e com eles ideias tais como a de que a vida neste mundo tem um propósito; que a morte não é o fim, mas o início de uma nova existência; que ao final todo aquele que tiver praticado o mal será punido e aquele que tiver praticado o bem será recompensado - que a justiça triunfará. A formação da religião seria a reação do ser humano frente à sua necessidade de proteção contra o seu desamparo existencial sustentando-se na força do desejo humano. “As idéias religiosas são ensinamentos e afirmações sobre fatos e condições da realidade externa (ou interna) que nos dizem algo que não descobrimos por nós mesmos e que reivindicam nossa crença” (FREUD, 1927/1976, p. 37).

Em “Novas Conferências Introdutórias” (1933) Freud reúne um conjunto de temas que nunca foram proferidos por ele devido à sua impossibilidade, àquela altura, de falar em público, por causa de uma cirurgia a que havia se submetido em decorrência de um câncer no palato do qual padecia. A Conferência XXXV – “A questão de uma Weltanschauung” – faz parte deste grupo. Weltanschauung é uma palavra específica do idioma alemão que, em português, pode equivaler aos termos “visão do universo”, “visão de mundo”, “uma cosmovisão”. (SILVA, 2003).

[...] a Weltanschauung é uma construção intelectual que soluciona todos os problemas de nossa existência, uniformemente, com base em uma hipótese dominante, a qual, por conseguinte, não deixa nenhuma pergunta sem resposta e na qual tudo o que nos interessa encontra seu lugar fixo. (FREUD, 1933/1976, p. 193).

Qualquer visão religiosa, para Freud (1933), era incompatível com a visão científica, não havendo possibilidade de conciliação entre ambas. Dentre as três concorrentes da ciência: arte, filosofia e religião, esta última era considerada por ele como a força mais perigosa, pois tem um poder imenso que age sobre as emoções humanas. Dentre as funções da religião Freud destaca: a) ela satisfaz os questionamentos do indivíduo acerca de si mesmo e da vida, dando-lhe explicações acerca da origem e existência do universo; b) ela consola o indivíduo diante de seus medos sobre o seu destino e sua existência; c) ela estabelece leis, normas, preceitos e proibições, possibilitando aos indivíduos a construção de uma moral e ética para se viver em sociedade.

A religião sempre foi objeto de críticas do espírito científico, enfatiza Freud (1933), pois suas doutrinas não se sustentaram diante da constatação da ciência. Para o autor a ideia da existência de um ser superior que protege o indivíduo e conduz todas as coisas a um final feliz é incompatível com a realidade em que vivemos. As calamidades tais como os terremotos a que são sujeitos tanto os justos quanto os injustos; tanto o que crê quanto o que não crê são exemplos da improbabilidade da existência de Deus. Como alguns Salmistas e Profetas no Antigo Testamento, Freud argumenta que, muitas vezes, o perverso tem uma existência repleta de prazeres usufruindo de coisas boas que a vida pode oferecer, enquanto que o homem justo e bom só tem em sua vida sofrimentos e infortúnios. A questão da justiça, discursada pela religião de que a virtude é recompensada e o mal punido não existe na vida prática. O que existe é o desejo humano de um pai protetor que supra todas as nossas necessidades, originado do desamparo infantil que sobrevive na fase adulta.

Uma *Weltanschauung* religiosa se sustenta nos desejos dos seres humanos, estando “fechada e completa” não dando margem para questionamentos e discussões. Se colocando sempre na defensiva e acima da verdade a religião, para Freud (1933), representa um perigo para a humanidade, pois se opõe à evolução. Diante disso expressa uma esperança de que, no futuro, a razão – o espírito científico - pudesse ter domínio sobre a vida mental do indivíduo. Tendo anteriormente admitido que a ciência, assim como a religião, não conseguiu resolver os problemas do universo e nem ter tornado os indivíduos mais felizes, Freud a justifica por ser ainda uma atividade humana nova que se desenvolveu tardiamente. Neste momento parece que ele queria acreditar que através da ciência a humanidade pudesse dar conta da sua existência e viver em harmonia. Posteriormente renuncia a esta ideia.

No último texto de Freud a respeito do tema da religião, produzido pouco antes da sua morte, “Moisés e o Monoteísmo” (1939), ele volta a discutir a origem da religião evidenciando que tanto na religião como nas neuroses o elemento recalcado se faz presente. Na pessoa

de Moisés, o líder que libertou os hebreus da escravidão do Egito, Deus novamente é revivido. Na interpretação de Freud, Moisés (que segundo ele era egípcio), quando guiava o povo de Israel pelo deserto do Sinai após a saída do Egito, em determinada circunstância e momento foi assassinado. Os hebreus nutriam por Moisés sentimentos ambivalentes de amor e ódio e numa rebelião contra a sua liderança acabam matando-o. Após a sua morte vem o remorso e a culpa e institui-se o monoteísmo que, para Freud, foi trazido ao povo por Moisés. Os textos bíblicos, no entanto, mostram que a ideia de um Deus único e verdadeiro, em detrimento da infinidade de deuses das nações consideradas pagãs da época, já era presente na vida dos principais patriarcas hebreus, muito antes de Moisés, como Abraão, Isaque, Jacó e José. O que Moisés fez foi estabelecer preceitos, festas e rituais em forma de Lei. Estava instituída a religião judaica, sustentada por uma fé e prática religiosa já existente e que foi reformulada para um povo que se preparava para ser uma nação. Através de Moisés os hebreus fizeram um pacto com Deus – um Deus único e poderoso que os protegeria e os abençoaria se eles cumprissem a parte deles no contrato: a obediência aos preceitos da Lei com mais de seiscentas cláusulas.

Freud hesitou em publicar “Moisés e o Monoteísmo” sendo aconselhado e advertido por muitos para não fazê-lo. No entanto, a despeito dos próprios temores de Freud em relação à reação da Igreja Católica, a obra foi publicada. Como no mito do Totem e Tabu (1913) os filhos matam o pai (Moisés); sentem culpa e remorso após o assassinato; recalcam o ato; há o retorno do recalco quando elegem um substituto para o pai morto (Javé). Com a morte de Jesus Cristo, mais uma vez os filhos matam o pai (Deus na pessoa de Cristo), sentem culpa e passam a adorá-lo. Todo este ciclo refere-se à experiência infantil de cada um em relação à figura paterna, permeada pela ambivalência afetiva na qual amor e ódio se direcionam para a pessoa do pai que acaba sendo morto (simbolicamente) pelo filho. A culpa, decorrente do fato, só pode ser suportada na fase adulta porque o pai é substituído pela figura de Deus – o retorno do recalco. O Pai retorna mais forte e poderoso do que nunca. Para Freud o assassinato, tanto de Moisés quanto o de Jesus Cristo, é uma repetição do assassinato do pai primitivo. “O assassinato de Moisés constitui uma repetição desse tipo e, posteriormente, o suposto assassinato judicial de Cristo...” (FREUD, 1939/1975, p. 122).

Freud reconhece que a religião dá um sentido e um propósito mais elevado à vida humana. Contudo, argumenta que aquela não é essencial à existência humana. A cultura elabora regras que possibilitam aos indivíduos viver em sociedade como, por exemplo, a proibição de se matar uns aos outros. Portanto, a origem das regras sociais é humana visando ao bem comum. O que Freud contestava é a religião tomar para si a autoridade de ser o único caminho

ou a receita que conduz à felicidade. Para ele, cada um deve encontrar seu próprio caminho, descobrir por si só como ser feliz a partir do seu próprio desejo. Este está diretamente ligado à questão da sexualidade que deveria ser administrada pelo próprio indivíduo possibilitando a ele fazer suas escolhas e se responsabilizar por elas.

### **Outras contribuições e, novamente, Freud**

Discutindo o posicionamento de alguns teóricos a respeito da temática da religião Zilles (2004) enfatiza que esta se realiza na existência humana e que desde a Antiguidade ela é entendida como sendo a relação do ser humano com Deus. Posteriormente, com o iluminismo houve um processo de emancipação no qual o indivíduo libertou-se da tutela da autoridade e da tradição. Ele passou a querer ver, julgar e decidir por si mesmo. Neste processo podem ser encontradas três atitudes a respeito do fenômeno religioso: a) Aceitação total da religião; b) Descrição empírica e análise das diferentes concepções e instituições religiosas; c) Negação total da religião em nome da razão.

Lacan (1901-1981), ao contrário de Freud, achava que a “verdadeira” religião, para ele o Cristianismo representado pelo Catolicismo, no futuro teria a primazia dando sentido ao real insuportável da existência humana. Afirma isto por ocasião de duas conferências proferidas por ele em Bruxelas, em 1960, sob o título “Discurso aos Católicos”. Respondendo aos jornalistas italianos, em uma entrevista em 1974, Lacan afirma que “se a psicanálise não triunfar sobre a religião é porque a religião é inquebrantável. A psicanálise não triunfará: sobreviverá ou não” (LACAN, 2005, p. 65). Lacan estava convencido de que a religião triunfaria, não só sobre a psicanálise, mas sobre muitas outras coisas. Reconhecia o quão poderosa é a religião. Sua percepção era a de que ela é indestrutível sendo capaz de dar um sentido a qualquer coisa, inclusive à vida humana. Considera que “a religião é feita para isso, para curar os homens, isto é, para que não percebam o que não funciona” (LACAN, 2005, p. 72).

Com uma concepção totalmente oposta a de Nietzsche, Freud e outros teóricos ateus, Eliade, em sua obra “O Sagrado e o Profano” (s.d), considera que a religião é a solução exemplar de toda crise existencial não só porque é indefinidamente repetível como também porque tem origem transcendental. Dessa forma, a religião torna a existência do indivíduo aberta a outros valores além dos seus, permitindo-lhe ultrapassar seus problemas pessoais, dando-lhe acesso ao mundo do espírito. Para o autor, o ser humano toma conhecimento do sagrado porque ele se manifesta de forma absolutamente diferente do profano – o sagrado se opõe ao profano. A manifestação do sagrado (hierofania) é de uma realidade que não pertence

a este mundo, mas que se utiliza de objetos pertencentes a ele (profanos). Estes objetos se transformam revelando o sagrado. Nesta perspectiva, parece haver uma necessidade humana de se construir um espaço sagrado e para o homem religioso nas sociedades tradicionais o mundo é um mundo sagrado, pois é uma criação divina e tudo nele reflete a presença do Criador. Ele vê na natureza a presença de Deus e assume um modo específico de existência no mundo. Ele crê que existe uma realidade chamada “sagrado” que transcende este mundo, mas que se manifesta nele.

O céu e a terra revelam o poder e bondade de Deus para com os humanos é o que contam e cantam muitos salmos como este composto por Davi: “os céus proclamam a glória de Deus e o firmamento anuncia as obras das tuas mãos” (Sl 19,1). A natureza, assim, é uma prova da existência de Deus. Nesta concepção, a destruição da natureza pelo homem é a prova da sua mais alta degeneração na qual ele atinge a si mesmo, seu semelhante e o Criador. Reportando-nos, novamente, ao “O mal estar na civilização” (1930) e acrescentando outros textos de Freud como “Reflexões para os tempos de guerra e morte” (1915); “Além do princípio do prazer” (1920); “Por que a guerra?” (1932) o vemos discutir que o ser humano sem a ação da civilização é destrutivo. Nele há uma pulsão de morte, que é uma pulsão de destruição, de agressão. Ressalta que o ser humano traz em si uma grande quota de agressividade sendo esta uma ameaça à integração da sociedade. A civilização tenta, então, criar mecanismos para colocar limites a esta agressividade, com o objetivo de não ser ela destruída. O impulso agressivo, destrutivo, derivado e principal representante da pulsão de morte, está em luta constante com a pulsão de vida. Teríamos, então, no ser humano uma pulsão de morte e uma pulsão de vida. A primeira tem o objetivo de preservação da vida e união dos indivíduos. A segunda refere-se, a uma vontade de destruição direta, conforme conceitua Lacan no Seminário 7 (GARCIA ROZA, 1990). A pulsão de destruição aponta para a maldade humana, cujo efeito é a agressividade, que se apresenta como a característica distintiva da pulsão de morte. Esta tem como objetivo a destruição da natureza e da cultura. Freud reconhece a existência do mal no ser humano originado de um princípio pulsional autônomo e inerente a ele.

Ainda que a “vontade de destruição” possa implicar em certa positividade se revelando como uma vontade de criação ao apontar a emergência de novas formas, de possibilidade do novo, não é isto o que pode ser evidenciado na sua manifestação em nossos dias e ao longo da história humana. O que se constata são ações destrutivas em relação à natureza, em relação ao próprio ser humano, em relação ao mundo em que habitamos. A agressividade é instrumento de um desejo de destruição que não é arbitrário, mas que tem objeto definido. Para barrar esta destrutividade a civilização cria mecanismos e um deles é a religião. Através dela ao indiví-

duo é dito “*Não matarás*”, “*Amarás ao próximo como a ti mesmo*” e outros imperativos. Freud questiona tais mandamentos, prescritos originalmente na Lei de Moisés no Antigo testamento e reiterados por Jesus Cristo no Novo Testamento. Para ele, um dos mais absurdos é o que diz “*Ama os teus inimigos*”. Na sua concepção nem toda pessoa merece o nosso amor, todo amor tem de ser recíproco e temos muito mais motivos para odiar algumas pessoas do que para amá-las. Sendo assim, é impossível e injusto amar um estranho, quanto mais um inimigo. Contudo, Freud (1927) considerava ser a religião, com seus mandamentos e ameaças de castigo divino, a única motivação para cada indivíduo não matar seu semelhante. Se a humanidade chegasse à conclusão de que Deus não existe, provavelmente não se sentiria obrigada a obedecer às normas da civilização (e nem para criá-las). Nesse caso, cada indivíduo passaria a seguir seus próprios impulsos antissociais e egoístas. A consequência poderia ser o caos e o extermínio da espécie humana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a religião contribuiu para refrear os impulsos destrutivos dos indivíduos ela, por outro lado, contribuiu para reprimir desejos e aspirações mais profundas dos mesmos. O resultado é um mal-estar, uma insatisfação e a agressividade camuflada, gerando outros sintomas. Se a religião consegue “domar” alguns, ela, como lei, é ineficaz para outros. Para estes, Deus ou os deuses, o próximo, a natureza e o mundo em si têm o mesmo grau de insignificância, e o poder de destruição, como representante da pulsão de morte, se faz presente de forma constante em suas vidas. Assim, se a religião opera de forma imperativa possibilitando mudanças significativas no comportamento, visão de mundo e na perspectiva de existência daquele que crê, para outros ela é inexpressiva. Se para uns ela é objeto apenas de críticas, para outros ela é a dimensão mais importante da existência humana e o que dá sentido à vida. A experiência é particular, resultado de posicionamentos de cada um, aliados ao contexto cultural no qual o indivíduo está inserido. O sagrado equivale ao poder e, assim, quem dele participa, de certa forma, também não só o deseja como também o detém. Na sua relação com Deus, com os deuses, com os santos, com seus líderes - seja através da fé, da crença, da participação em um grupo religioso, o indivíduo busca a transcendência de sua humanidade - a ilusão da sua imortalidade, finitude, incompletude e falta. Na relação com o sagrado ele também tem poder.

## REFERÊNCIAS

- ELIADE, Mircea. **O Sagrado e O Profano: a essência das religiões**. Lisboa: Oficinas gráficas de livros do Brasil. s.d.
- FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- FREUD, Sigmund. Atos obsessivos e práticas religiosas (1907). In: FREUD, Sigmund. **Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976a, v.9, p. 119-131.
- FREUD, Sigmund. Totem e Tabu (1913). In: FREUD, Sigmund. **Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, s.d., v. 13, p. 13-191.
- FREUD, Sigmund. Reflexões para os tempos de guerra e morte (1915). In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas**. Rio de Janeiro: Imago, vol. 14, 1976, p. 311-338.
- FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer (1920). In: **Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, vol. 17, 1976, p. 13-85.
- FREUD, Sigmund. Psicologia de grupo e a análise do ego (1921). In: **Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v.13, p. 89-169.
- FREUD, Sigmund. Uma neurose demoníaca do século XVII (1922). In: **Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro, Imago, 1976, v.19, p. 87-127.
- FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão (1927). In: **Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v.21, p. 13-71.
- FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização (1930). In: **Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v.21, p. 75-171.
- FREUD, Sigmund. Por que a guerra? (1932). In: **Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, vol. 22, 1976n, p. 237-258.
- FREUD, Sigmund. Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. Conferência XXXV: A questão de uma Weltan (1933). In: **Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976b, v.22, p. 193-220.
- FREUD, Sigmund. Moisés e o Monoteísmo – Três ensaios (1939). **Edição Standard brasileira das Obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1975b, v.23, p. 13-156.
- GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **O Mal Radical em Freud**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

LACAN, Jacques. **O triunfo da Religião:** precedido de Discurso aos Católicos. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **O Anticristo.** São Paulo: Centauro, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Além do Bem e do Mal.** São Paulo: Centauro, 2006.

SALMOS. In: **A Bíblia Sagrada** – Antigo e Novo Testamento. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Brasília, Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

SILVA, Maria Auxiliadora. **Religião, Identidade e Angústia:** um estudo entre os Evangélicos pentecostais. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

ZILLES, Urbano. **Filosofia da religião.** São Paulo: Paulus, 2004